

INTERVENÇÃO

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO,

ÁLVARO NOVO

Debate de urgência

Dívida Pública

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

23 DE MARÇO DE 2017

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

O assunto que nos traz hoje aqui tem sido amplamente discutido na sociedade portuguesa ao longo dos últimos anos. A crise da dívida soberana colocou Portugal nos holofotes do mundo. Mas mais importante, exigiu dos portugueses um esforço financeiro e social acrescido. O “aumento enorme de impostos” anunciado em 2012, o subsequente aumento do desemprego e a recessão

INTERVENÇÃO

económica foram aspetos muito palpáveis para todos os portugueses.

A política económica do Governo é conduzida com total respeito pelos compromissos que o país assumiu no passado e que honrará hoje e no futuro. Contudo, porque há uma alternativa às políticas do passado, como os resultados orçamentais e económicos de 2016 demonstram, a gestão da dívida pública, não deixando de ser exigente, será feita num contexto económico e social mais sustentável.

Para isso é necessário reunir três condições essenciais: (i) uma política orçamental responsável; (ii) aumentar o crescimento económico real e nominal; e (iii) assegurar melhores condições de financiamento.

Relativamente à política orçamental, o novo rumo escolhido pelo XXI Governo está a revelar-se como uma

INTERVENÇÃO

melhor e mais credível alternativa. Como o Sr. Ministro das Finanças disse em Comissão Parlamentar, o défice das Administrações Públicas em 2016 não excederá os 2,1% do PIB. O Governo cumprirá a sua palavra, contra as expectativas e anúncios precoces de um desastre.

Adicionalmente, a despesa primária do Estado é inferior à sua receita. Ou seja, o Estado consegue não só financiar com receitas próprias as funções básicas do Estado, como gerar uma poupança. O excedente primário daí resultante permite financiar uma parte substancial dos juros da dívida. Em 2016, este excedente primário ter-se-á situado nos 2,3% do PIB e, em 2017, a Comissão Europeia estima que será o mais elevado da área do euro.

Aliado a isto, na segunda vertente, a do crescimento económico, os resultados vão também na direção certa.

INTERVENÇÃO

Em 2016, tivemos:

(i) mais emprego - um crescimento de 2,4% no sector privado no final do ano; (ii) menos desemprego - fechamos o ano com 10,2%; (iii) mais remunerações - um aumento de 5% nas remunerações declaradas; (iv) empresas mais sustentáveis e viradas para o mercado externo - maiores ganhos de quota de mercado; e (v) uma carga fiscal mais amiga do crescimento - uma opção clara pela fiscalidade indireta, reduzindo os impostos em percentagem do PIB de 25,4% em 2015 para 25% em 2016.

Ou seja, estamos a dar melhores condições às empresas e aos trabalhadores para honrar os compromissos do seu país.

As projeções económicas para 2017 têm sido revistas em alta por todas as instituições. A aceleração observada durante o segundo semestre de 2016 terá um efeito

INTERVENÇÃO

positivo sobre o crescimento económico, que tornará mais sustentável a dívida pública portuguesa.

Finalmente, no terceiro pilar da sustentabilidade da dívida pública estão as condições de financiamento. As taxas de juros são endógenas aos elementos estruturantes das economias. Os resultados alcançados em 2016 na frente orçamental e económica refletir-se-ão em melhores condições de acesso ao mercado.

Em 2015 e 2016, Portugal emitiu nova dívida com um custo inferior à média do custo do stock da dívida. Isto permitiu, baixar o custo médio de financiamento de 3,6% em 2014 para 3,2% em 2016.

Em paralelo, o Governo, através do IGCP está a seguir uma política de financiamento responsável. A maturidade da dívida passará de 6,9 anos em 2013 para 8,4 anos no final de 2017. Simultaneamente, tem-se diversificado as fontes

INTERVENÇÃO

de financiamento, passando de três instrumentos para cinco, bem como alargado o leque de investidores interessados.

Complementarmente, o fortalecimento da união bancária, o reforço do pilar orçamental na política europeia e o papel reforçado que a política monetária do BCE tem tido são, também, fatores que contribuirão para a sustentabilidade da dívida pública portuguesa.

O XXI Governo continuará a implementar políticas económicas que promovam um crescimento económico inclusivo. Um crescimento que respeita o contributo de todos e que honra os compromissos assumidos interna e externamente. Este é o caminho da credibilidade e da confiança.

Muito obrigado.